

IDA ALVES
EDUARDO DA CRUZ
SUELY CAMPOS FRANCO

450
A N O S
DE PORTUGUESES
NO RIO DE JANEIRO


oficina

© 2017 by Ida Alves, Eduardo da Cruz, Suely Campos Franco (orgs.)
© Oficina Raquel, 2017

EDITORES

Raquel Menezes

CAPA

Thiago Antônio Pereira

IMAGEM DA CAPA

Cartaz feito por Pablo B. Rodrigues a partir de fotografia de Luciana Salles

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Julio Baptista (jcbaptista@gmail.com)

REVISÃO

Luis Maffei

Aline Erthal



www.oficinaraquel.com
oficina@oficinaraquel.com
facebook.com/Editora-Oficina-Raquel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Alves, Ida, Cruz, Eduardo da, Franco, Suely Campos Franco (orgs.)
– 450 anos de portugueses no Brasil. Ida Alves, Eduardo da Cruz,
Suely Campos Franco (orgs.). Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017.
367 p.

ISBN: 978-85-9500-013-1

1. Ensaio 2. Portugal

CDD B869.4

Apoio:

CAPES, RGPL e PPLB

O PPLB dedica este livro à memória do Dr. Antonio Gomes da Costa, Presidente do Real Gabinete Português de Leitura, de 1992 a 2016, o qual tanto trabalhou em prol das relações luso-brasileiras e que deixou, em todos os que o conheceram, a certeza de que o bom trabalho deve ser acompanhado de paixão. Assim o fez nesta Casa Portuguesa e Brasileira que se localiza no coração da cidade do Rio de Janeiro.

Sumário

Para início de conversa	11
A FUNDAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E SUA EXPANSÃO (1565 a 1763)	
Manuel da Nóbrega: seu papel na fundação da cidade do Rio de Janeiro	17
<i>Paulo Roberto Pereira</i>	
A descrição do Rio de Janeiro no poema <i>De Gestis Mendi de Saa</i>	30
<i>Leonardo Ferreira Kaltner</i>	
A CAPITAL COLONIAL (1763 a 1822)	
Teatro e música na capital colonial: observações sobre a atividade e o repertório, assim como a atividade dos portugueses	47
<i>David Cranmer</i>	
Elites, prestígio e caridade: a misericórdia do Rio de Janeiro, 1750-1822	57
<i>Renato Franco</i>	

As procissões do Rio de Janeiro no século XVIII: calendário e vida social	69
<i>Beatriz Catão Cruz Santos</i>	

A CORTE IMPERIAL (1822 a 1889)

Camões em solo tropical: a autoimagem do escritor e a autonomia literária no Brasil pós-independência	93
<i>Débora El-Jaick Andrade</i>	

Os deserdados da sorte: o Rio de Janeiro de Aluísio Azevedo	113
<i>Monica Figueiredo</i>	

O papel dos médicos portugueses na implementação da homeopatia no Brasil	124
<i>Francisco José de Freitas</i>	

De artesão a empresário: a atividade de João dos Santos Couceiro, mestre da viola no Rio de Janeiro oitocentista.....	143
<i>Marcia Taborda</i>	

A polêmica do <i>Minerva Brasiliense</i>	158
<i>Maria Eunice Moreira</i>	

<i>Sub tegmine fagi</i> – Eça de Queirós escreve o Brasil.....	168
<i>Irene Fialho</i>	

Os livros no oitocentos: jornais, gabinetes, bibliotecas, livrarias e mercadores de livros.....	179
<i>Germana Maria Araújo Sales</i>	

Filantropia ou projeto educacional: um debate sobre o Real Gabinete Português de Leitura	191
<i>Ismênia de Lima Martins</i>	

A CAPITAL FEDERAL (1889 a 1960)

Ecoss do decadentismo – simbolismo português no Brasil.....	211
<i>Alvaro Santos Simões Junior</i>	

O capítulo machadiano de <i>Peregrinação</i> , de Fernão Mendes Pinto.....	227
<i>Maria Cristina Batalha</i>	
Porque Ricardo Reis veio para o Brasil: Portugal no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX.....	242
<i>Maria do Socorro Fernandes de Carvalho</i>	
Portugueses no Rio de Janeiro: salazaristas e opositores em manifestação na cidade (1945-1954).....	260
<i>Heloisa Paulo</i>	
Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: a família Guinle e a modernidade arquitetônica (1920-1924).....	272
<i>Gisele Sanglard e Renato Gama-Rosa Costa</i>	
Um detetive carioca de pai português.....	287
<i>Jacqueline Penjon</i>	
 O RIO CONTEMPORÂNEO (1960 a 2016, O FUTURO)	
Vitorino Nemésio: o Rio de Janeiro como <i>medium-de-reflexão</i>	309
<i>Eunice de Moraes</i>	
Imigrantes gafanhãos da Ria de Aveiro ao Rio Jequiá: similitudes e interações entre duas distintas paisagens culturais	323
<i>Ulisses da Silva Fernandes</i>	
O Porto Maravilha e a “Cidade Megaevento”: Tradição e festa no Rio 2016	340
<i>Maria Helena Carmo dos Santos e Flávio Lins</i>	
 E a conversa não tem fim	355
 Organizadores e autores.....	359
 Fontes das imagens	367

Para início de conversa

No ano de 2015, vários eventos se dedicaram a celebrar os 450 anos do Rio de Janeiro, esta nossa cidade que vem atravessando os séculos com ousadia e muitas lutas. Fundada em 1565 por Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral do Brasil, Mem de Sá, a cidade deveria servir de base de operações para expulsar os franceses da Baía de Guanabara e consolidar o território como parte do império português. Desde o início, os portugueses estabeleceram com ela uma relação profunda e acompanharam, como personagens principais ou adjuvantes, uma série de ações que modificaram sua paisagem e garantiram sua importância política, econômica e cultural. Além do crescimento demográfico e urbanístico ao longo do tempo, as demandas políticas alteraram a forma como os portugueses se relacionavam com a cidade. Esta, de um pequeno núcleo na fundação, passou a capital da colônia em 1763, mostrando seu valor estratégico para o reino de além-mar – a ponto de receber a Corte e a Família Real em 1808, quando das invasões napoleônicas. Contudo, foi a partir da independência do país, em 1822, quando o Rio de Janeiro se tornou Corte Imperial, que a situação dos portugueses se alterou profundamente: eles se tornaram imigrantes, que vinham de longe para refazer ou conquistar a vida nos trópicos. Foi nessa condição que grandes levas de indivíduos atravessaram o Atlântico ao longo do Império e da República, com motivações diferentes e variadas formas de recepção, tanto na então Capital Federal quanto no Rio contemporâneo. Seguir a história dessa presença física é observar, além de questões econômicas e políticas,

as várias relações culturais que se estabeleceram entre a cidade e os portugueses, numa conversa longa em que sotaques se misturam, com muitos enredos e vidas entrelaçadas.

Juntando-se às comemorações, o Real Gabinete Português de Leitura, por meio do seu Polo de Pesquisas sobre Relações Luso-Brasileiras (PPLB), convidou especialistas das mais diversas áreas, com currículo sedimentado e comprovada contribuição investigativa, para discutirem a presença portuguesa no Rio de Janeiro ao longo desses 450 anos e refletirem sobre o futuro. Resultado do debate, este livro pretende contribuir para que o leitor repense essas relações na história e vida cotidiana dessa cidade, que continua a ser a porta de entrada para a grande diversidade paisagística, humana, econômica e cultural do Brasil.

O Real Gabinete Português de Leitura conhece muito de perto essa trajetória. Primeira associação de portugueses que surgiu após a independência do Brasil, em 1837, ele foi criado por um grupo de imigrantes lusos, no Rio de Janeiro, com o objetivo de preservar e difundir a cultura de Portugal na ex-colônia. Essa instituição sempre foi um polo importante para as relações luso-brasileiras, haja vista o empenho de todas as suas diretorias na ampliação de um acervo bibliográfico primordialmente de temática lusa, o qual, em 1878, segundo inventário datado daquele ano, já atingia 47.616 volumes – motivo suficiente para justificar uma nova sede, a atual, inaugurada em 1887. Hoje, contando com cerca de 400 mil títulos, e continuamente alimentado pelo privilégio de ser o único “depósito legal” fora de terras portuguesas, o RGPL mantém muito viva a sua missão e vem se renovando para marcar também, e de forma indelével, a contemporaneidade, atento às exigências de dinamismo que o século XX impôs a todo o globo. Assim é que a criação de um Centro de Estudos em sua estrutura orgânica, no ano de 1969, veio desencadear um processo – irreversível – de novo diálogo com seu público-alvo, com a oferta de cursos, ciclos de conferências, exposições, recitais de música e de poesia. Em pleno século XXI, o RGPL busca cada vez mais unir-se ao trabalho desenvolvido por um conjunto de universidades sediadas no Rio de Janeiro, como UFRJ, UFF, Uerj, UniRio, para ampliar de forma intensa sua atuação em relação ao estudo e à divulgação da cultura luso-brasileira. Em abril de 2001, foi criado, em suas dependências, o Polo

de Pesquisas sobre Relações Luso-Brasileiras (PPRLB), hoje Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras (PPLB). Eminentemente interinstitucional e multidisciplinar, o PPLB integra o diretório de grupos de pesquisa do CNPq e vem se afirmando como espaço aberto à interação de professores e alunos dedicados a esses estudos com diferentes abordagens. Sua coordenação geral está a cargo da Professora Gilda Santos (UFRJ), e, ao seu lado, juntam-se docentes de diferentes áreas, especialmente Letras e História, oriundos sobretudo das universidades já referenciadas, que estabelecem parcerias, executam projetos de investigação e promovem diferentes atividades culturais, tudo em prol do fortalecimento das relações luso-brasileiras e sua compreensão mais alargada e consequente.

Uma dessas atividades é o já tradicional Colóquio do PPLB, que acontece de dois em dois anos. O oitavo, realizado em 2016, ainda no âmbito das comemorações de aniversário, escolheu como tema “450 anos de portugueses no Rio de Janeiro”. Nada mais apropriado para um ano em que ocorreram as Olimpíadas no Rio de Janeiro e em que toda uma transformação urbana foi executada em prol de um futuro melhor. Em decorrência desse momento de celebração e de esperança, o 8º Colóquio promoveu um conjunto de mesas plenárias e painéis de comunicação que discutiram aspectos importantes do diálogo entre portugueses e brasileiros ao longo de quatro séculos e meio de uma cidade que não para de se modificar e de lutar para tornar real a ideia de ser “maravilhosa”. Para a realização do Colóquio, elegeram-se alguns marcos cronológicos da história do Rio de Janeiro em torno dos quais vários aspectos da vida social, política, econômica e cultural puderam ser desdobrados em inúmeras abordagens, considerando-se bem-vindas todas as apresentações que tratassem da presença dos portugueses no Rio de Janeiro e as relações luso-brasileiras que se firmaram ao longo do tempo, com irradiações por todo o Brasil.

Este livro reflete bem o que foi discutido no âmbito do 8º Colóquio, na medida em que destacamos um conjunto de palestras de importantes pesquisadores que buscaram, de forma interdisciplinar, pensar os mais significativos momentos históricos e culturais da cidade, no que diz respeito ao diálogo contínuo entre brasileiros e portugueses. Considerando diferentes etapas de uma já longa trajetória urbana, o leitor poderá partilhar estudos

que analisam diferentes questões, desde o período colonial ao nosso presente. Seja discutindo as atividades dos portugueses na capital colonial, seja examinando a imprensa, a literatura, a música, além de formas de sociabilidade na Corte e fora dela, seja observando o Rio de Janeiro como Capital Federal ou como Cidade Olímpica, evidenciam-se as metamorfoses de um espaço que alia movimento e contemplação, crescimento urbano e experiências da natureza. Se o futuro dessa cidade ancora-se em projetos como o do Porto Maravilha, o passado e o presente demonstram claramente a importância da mistura de culturas e a abertura para a diversidade e o diálogo. Que o leitor possa então conhecer, por meio de olhares diversos, mais caminhos dessa cidade e suas histórias luso-brasileiras.

Abril de 2017

Os organizadores

A FUNDAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E SUA EXPANSÃO (1565 a 1763)



Manuel da Nóbrega: seu papel na fundação da cidade do Rio de Janeiro

Paulo Roberto Pereira

O jesuíta e os canibais do Brasil

Para se compreender o papel de Manuel da Nóbrega na fundação das três principais cidades do Brasil, no século XVI, deve-se recordar sua célebre frase na carta que enviou ao padre Simão Rodrigues, fundador da Companhia de Jesus em Portugal: “Esta terra é nossa empresa e o mais gentio do mundo” (NÓBREGA, 1931, p. 82). Nóbrega, certamente, assim afirmava ao perceber a vastidão do território brasileiro e a multidão sem fim de indígenas para serem catequizados. Esse era o principal desafio quando chegou à Bahia, em 1549, como responsável pela primeira missão jesuítica na América. Integrar, por meio da conversão, os selvagens da Terra de Santa Cruz aos valores espirituais da civilização europeia era a missão que esse apóstolo jesuíta se propusera realizar no Novo Mundo, como fizera Francisco Xavier ao levar a fé cristã ao Oriente.

O trabalho de Nóbrega e seus companheiros na missionação dos povos indígenas, sobretudo o de abolir costumes como antropofagia e poligamia, motivou a criação das primeiras escolas no Brasil, cujas atividades apoiavam-se principalmente na conversão dos filhos dos selvagens (HANSEN, 2010, s/p). O projeto de Nóbrega era usar a educação para ganhar a alma do índio para a fé católica, pois o corpo geralmente pertencia ao colonizador. Foi seu projeto missionário e educativo que, iniciado na Bahia, continuado em Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, criou núcleos de civilização que deram origem a algumas das principais cidades da Colônia.

Assim, acompanhando passo a passo o que restou da vasta correspondência de Nóbrega, percebe-se que não foram acidentais suas ações ao colaborar no nascimento das urbes quinhentistas, mas um trabalho estratégico que visava garantir o domínio espiritual e material da vasta região costeira da América do Sul, por meio da aliança entre a fé católica contrarreformista e o império colonial português.

A correspondência de Nóbrega é um dos mais ricos e amplos quadros da realidade quinhentista brasileira. Ele foi pioneiro na descrição do uso do tabaco e do culto religioso dos tupis, denominado *santidade*.

O itinerário humano e intelectual de Manuel da Nóbrega na América Portuguesa encontra-se em suas *Cartas do Brasil*, na peça teatral *Diálogo sobre a conversão do gentio* e no documento jurídico contra a escravidão “O Caso da Mesa da Consciência”. Esses textos oferecem o primeiro panorama da realidade cotidiana do país e formam, com a correspondência de José de Anchieta e a *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, a principal contribuição, em prosa literária, do Brasil quinhentista. Naturalmente, não fazem parte dessa lista os admiráveis livros de Hans Staden e de Jean de Léry, por não terem sido escritos em português.

Manuel da Nóbrega é contemporâneo da célebre controvérsia quinhentista dos teólogos espanhóis sobre os direitos dos índios americanos à sua vida e ao seu território. E a correspondência de Nóbrega, dirigida a algumas das principais figuras políticas e religiosas do seu tempo – rei D. João III, cardeal infante D. Henrique, Tomé de Sousa, Inácio de Loyola, padres Diego Laynes em Roma e Simão Rodrigues em Lisboa –, confirma sua visão política modernizadora no século XVI na defesa intransigente que faz da liberdade do indígena, que não pode ser confundida com a luta que empreendeu pelo fim da antropofagia praticada por eles. Nas Américas pode-se colocá-lo ao lado de frei Bartolomé de las Casas (1474-1566), dominicano que se celebrou com o libelo *Brevísima relación de la destrucción de las Indias Occidentales* (LAS CASAS, 1991), como um dos defensores do direito das gentes, simbolizado no homem americano. Quando estudante da Universidade de Salamanca, certamente Nóbrega deve ter ouvido as famosas preleções do professor e teólogo Francisco de Vitória (1483/86-1546), que lá ensinava e que colocou, à luz do Direito Internacional, um pêndulo que equilibrava os

interesses do império espanhol com o direito dos índios à liberdade. Mas havia ferrenhos defensores da tese da servidão natural, como Juan Ginés de Sepúlveda (1489-1573) que, no *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios* (GINÉS DE SEPÚLVEDA, 1941), foi o principal apologista da escravidão e de domínio dos indígenas pelos espanhóis.

O pensamento de Manuel da Nóbrega sobre o selvagem americano só começa a ser conhecido a partir de 1551, quando seus textos passam a ser publicados na Europa, inicialmente em espanhol e, logo a seguir, em italiano e latim, devido à política de sigilo do governo português imposta às publicações que tratavam do Brasil (HUE, 2006).

Suas cartas oferecem a oportunidade de se acompanhar a transformação da tarefa religiosa e política de colonizar o território selvagem da América, para um olhar que projeta a grandeza futura do país. Assim, se entende o papel que exerceu tanto na colaboração com Tomé de Sousa na fundação e expansão da primeira capital do Brasil, quanto na estratégica decisão de ultrapassar a Serra do Mar e projetar a fundação da cidade de São Paulo no campo de Piratininga. Dessa maneira, antecipadamente, desmentia o dito de frei Vicente do Salvador, na sua *História do Brasil*, de 1627, de que os portugueses não queriam penetrar no interior, por isso “arranhavam a praia como caranguejos”, percorrendo apenas o litoral da vasta costa brasileira.

O doutor de Coimbra renasce na América

Manuel da Nóbrega nasceu em Portugal, em 18 de outubro de 1517, provavelmente em Sanfins do Douro, no Minho. Era filho do desembargador Baltasar da Nóbrega e sobrinho de um chanceler mor do reino, contudo, se desconhece o nome de sua mãe. Nada se sabe dos seus estudos antes de ingressar na Universidade de Salamanca, mas é razoável supor que tenha cursado Humanidades na cidade do Porto, onde seu pai era juiz. Não concluiu o curso em Salamanca e, após três anos de estudos, transferiu-se para a Universidade de Coimbra, onde se graduou em Direito Canônico, em 14 de junho de 1541 (LEITE, 1955).